

12

P

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE,
REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE**

-----Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do **Presidente da Mesa** – Laurentino Dias, o **Primeiro Secretário** – Manuel Santos, e **Segunda Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de cinco dias Carlos Rogério Oliveira Rodrigues, pelo período de vinte dias Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão, ambos eleitos pelo PS; pelo período de trinta dias, José Manuel Gonçalves Domingues e Ana Elisa Soares Castro Lopes, eleitos pelos IPF e pelo período de trinta dias, Susana Fátima Amorim Pinto de Cortez, eleita pelo PSD.-----

-----Pedi a *substituição*, nesta sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Estorãos, pelo secretário João Manuel Gonçalves Teixeira e, por fim, o Presidente da Junta de freguesia de Fafe, pelo vogal, José Carlos Dias Fonseca.-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade**.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e oito Membros.-----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

-----O **Presidente da Mesa** comunicou que, na ordem de trabalhos desta sessão, estavam incluídos dois pontos. O dois ponto seis e o dois ponto sete, que se referiam à apreciação de propostas da Câmara relativas à declaração de interesse público municipal de uma instalação sita na freguesia de Regadas e outra no Lugar de Vale Escuro, da freguesia de Travassós. Acrescentou que, essas duas propostas lhe tinham sido enviadas pelo executivo, e, logo após o envio da convocatória, um membro da Assembleia, José Augusto Sousa,

fs 12
P

solicitou mais documentação sobre a sua fundamentação, a qual, foi requerida à Câmara. Prosseguiu, dizendo que, a Câmara tinha remetido uma informação a nove de setembro, no entanto, entendeu que a mesma não bastava para fundamentar estas propostas pelo que procurou, de novo, no dia onze, que a Câmara que fundamentasse, nos termos da Lei, cada uma das propostas, para que fossem apreciadas pela Assembleia Municipal. Na última comunicação feita à Câmara, tinha informado que aguardaria a receção das duas propostas com as respetivas fundamentações, para serem apreciadas nesta sessão, e, também tinha comunicado que, na ausência de fundamentação em tempo útil, seria forçado a propor a sua não apreciação. Distribuiu cópias da correspondência pelos grupos parlamentares. Sintetizou dizendo que, as propostas não tinham a fundamentação que, no seu entender, deveriam ter e, atendendo que não tinha havido um resposta, até à data, sobre esse assunto, a sua decisão final ia no sentido de retirar, da ordem de trabalhos, essas duas propostas.-----

-----Não havendo nenhum pedido de esclarecimento, por decisão do **Presidente da Mesa**, foram retirados da ordem de trabalhos o ponto dois seis e dois sete, nos termos do despacho que foi remetido para a Câmara, datado de onze de setembro, afim de a mesma refazer as propostas.-----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia a existência de uma proposta de recomendação, apresentado pelos IPF, sobre a redução do IMI em função do número de dependentes, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer que não iria aprovar esta recomendação porque não lhe parecia uma proposta justa. Apesar de parecer uma coisa bondosa, a redução do IMI, às famílias com mais filhos, era uma proposta cega que não tinha em conta os rendimentos das famílias, visto que uma família de fracos recursos que não tivesse filhos, não era contemplada, e, uma família com grandes rendimentos que tivesse filhos teria desconto.-----

-----Foi dada a palavra a **Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelos IPF**, para esclarecer que estavam contempladas as duas vertentes.-----

-----Foi pedida a palavra por **José Augusto Rodrigues de Sousa, eleito pelo PSD**, para dizer que eram benéficas e seriam sempre bem vindas todas

as propostas que visassem ajudar as famílias mais ou menos carenciadas, desde que fosse para aumentar a natalidade. Desconhecia a posição que a Câmara iria tomar. Salientou que o governo do PSD estava atento às necessidades da população em geral.-----

-----Colocado a votação, sendo **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Seguidamente, foi apresentada uma proposta sobre a situação dos refugiados e imigrantes da Europa, apresentada pela CDU, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Por fim, foi apresentado, pelo PSD, um voto de pesar pelo falecimento do Fafense Miguel Ribeiro Ferreira, empresário bem sucedido em São Paulo, Brasil, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Foi, ainda, guardado um minuto de silêncio.-----

-----De seguida, passou-se ao **período de intervenções.**-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, que constatou que, no Parque Cidade Porto Seguro, existia um conjunto de pinheiros que estavam secos, entendendo que deveria ser pedida a intervenção do gabinete técnico florestal, para avaliar se se tratava ou não da praga do nemátodo do pinheiro, a qual, terminava com a morte das árvores e infelizmente, na maioria dos casos, das circundantes. Por isso, tornava-se indispensável uma intervenção para a salvaguarda das pessoas. Prosseguiu, dizendo que recentemente a rua de S. José tinha sofrido uma alteração, tendo uma parte tinda sido transformada em sentido único, dado ser muito estreita, no entanto, o trânsito foi redirecionado para a rua do Horto onde o problema era o mesmo. Sugeriu que fosse efetuado um estudo acerca da circulação do trânsito nessa zona. Lembrou que, já que se estava a trabalhar no orçamento do próximo ano, se previsse uma intervenção urbanística daquele largo que, consecutivamente, tinha sido esquecido. Chamou, mais uma vez, a atenção para a necessidade de reavaliar a colocação de estacionamento junto à estação dos Correios de Fafe, dado ser uma zona muito utilizada e, por vezes, por pessoas com mobilidade condicionada, fazendo todo o sentido a sua recolocação. Deu os parabéns à Câmara por mais um sucesso de promoção do

concelho, através do Festival da Vitela, tendo deixado algumas notas, tais como o esforço feito pelos donos dos restaurantes para conseguir vender os pratos a um preço acessível, o que não terá sido acompanhado por quem forneceu os vinhos e os doces, deixando a sugestão de, caso fosse possível, renegociar para que se dividisse o esforço por todas as entidades participativas. Falou, ainda, da importância de criar um menu para crianças, e, lembrou que a Naturfafe tinha, ainda, por pagar os valores referentes aos almoços e jantares aos restaurantes, relativos ao ano de 2014. Pediu esclarecimentos sobre um processo disciplinar levantado a funcionários do Município, na sequência de uma vistoria ao espaço do cemitério municipal. Indagou sobre as medidas que foram tomadas, no sentido de travar as descargas poluentes, na zona de Santo Ovídio, e, se a indústria que se localizava nessa zona, estava a laborar devidamente licenciada. Por fim, falou dos custos relativos às taxas de saneamento, cujas faturas, tinham começado a chegar à casa dos cidadãos. Fez referência a uma notícia publicada no Jornal de Noticias de Fafe, do dia onze de setembro, na qual, o Vereador José Baptista, dava conta da descida do custo da água, pelo que poderia ter aproveitado para falar no aumento da taxa de saneamento. Transmitiu que se verificou um aumento mínimo de 50 %, nos escalões de consumo de 1 a 5 m³; 1300 % nos escalões de maior consumo, ou seja, para consumos superiores a 26 m³; para consumos médios, de 6 a 15 m³, que era o que uma família normal consumia, o aumento foi de 125 %. Referiu que na tarifa da água e no escalão imediatamente a seguir, os aumentos passavam 800 %, pelo que estavam a falar de aumentos muito significativos. A esses valores acrescia a taxa de serviços que, antigamente, apenas era paga na fatura da água, que era de 1,10 €, ou seja, quem tinha um consumo de 10 m³, pagava 2€, agora iria passar a pagar 4,90€, ou seja um aumento de 350%. Terminou, deixando um apelo à Câmara, para que verificasse, a forma como estava a ser calculado o custo da água, dado que, anteriormente, o primeiro escalão era de 1 a 5 m³, e, atualmente, as Águas do Norte determinaram que o esse escalão seria de 1 a 4,6 m³. No máximo, deveria ser de 4,9 m³.-----

-----Pedi a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para ser elucidado sobre uns cartazes da CDU que tinham sido retirados, sem autorização. Atendendo a que estava a decorrer a campanha eleitoral e que

todos sabiam as regras, informou que se este assunto não ficasse resolvido até à manhã do dia seguinte, iria apresentar uma queixa à Comissão Nacional de Eleições. Solicitou, também, esclarecimentos sobre a utilização das instalações municipais, pelo Fafe Ténis Clube, para realização das aulas dos seus associados e para os torneios de ténis. Indagou sobre a existência de algum protocolo, porque havia relatos de pessoas, que se queixavam de que os horários disponibilizados , eram muito escassos, e, apesar de não serem sócias desse clube, também tinham o direito de praticar a modalidade.-----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Daniel Freitas Peixoto, eleito pelos IPF**, que salientou a ocorrência, neste Verão, de vários incêndios florestais, nos quais arderam algumas centenas de hectares, ficando a floresta pintada, mais uma vez, de preto. Sabendo que, era uma matéria de difícil resolução, seria sempre possível fazer mais e melhor, para evitar a perda de património natural, cultural e até, dos bens dos concidadãos. Para isso, bastava corrigir alguns erros, facilmente detetáveis, tais como a falta de vigilância, a falta da faixa de gestão de combustíveis na zona consideradas de risco, falta de acessos, falta de limpeza dos terrenos junto às habitações, pelo que era importante a prevenção. Relembrou que o Município tinha de cumprir e fazer cumprir o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho e as suas alterações, pelo que acreditava que se houvesse um maior envolvimento entre os recursos humanos que o Município dispunha, os Bombeiros, a GNR e as juntas de freguesias, poderia ser feito um excelente trabalho, na nossa vasta área florestal, e, se as medidas tomadas em conjunto se tornassem eficazes, no futuro, Fafe poderia ser um concelho de referência.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD**, que iniciou a sua intervenção dizendo que Queimadela estava, novamente, esquecida a nível do piso. Prosseguiu, dizendo que, o que se pretendia com o certame da vitela assada de Fafe, era relançá-lo a nível regional, mas também a nível nacional, e que, o mesmo fosse, a montra da vitela assada, exlibris de Fafe. Propôs que, nesse certame, houvesse uma classificação dos restaurantes, para que se privilegiasse a qualidade, devendo o último classificado ficar impedido de participar na próxima edição. Salientou que, o espaço da Praça das Comunidades servia para a realização de vários

eventos, pelo que entendia que os jardins da Avenida do Brasil deveriam ser objeto de uma requalificação.-----

-----Solicitou a palavra **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa, eleito pelos IPF**, para dizer que, como era do conhecimento de todos, o Presidente eleito da Junta de Freguesia de Fafe, António Abreu teve, por razões de saúde, de renunciar ao cargo para o qual tinha merecidamente sido eleito. Não podia deixar de realçar a competência, a honestidade e a dedicação com que exerceu as suas funções. Desejaram-lhe as rápidas melhoras e um feliz regresso à sua atividade profissional, e que, num futuro próximo ,possa vir de novo a contribuir, com todas as suas qualidades e potencialidades, na construção de um concelho e de um país melhor. Salientou, ainda, a tomada de posse e entrada em exercício de Paulo Soares, cidadão exemplar e de quem, também, se espera um profícuo mandato, tendo a certeza que será um excelente substituto do seu antecessor e augurando-lhe , por isso, um mandato pleno de êxitos e competência.-----

-----De seguida usou da palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para referir que o festival gastronómico da vitela assada à moda de Fafe que se realizará pela segunda vez consecutiva, era a consolidação de um primeiro começo que tinha corrido bem. Realçou a importância que esta Câmara atribuía à vitela à moda de Fafe, a esta marca centenária, dando -lhe este festival uma projeção nacional. Tendo havido uma excelente divulgação do mesmo, milhares de pessoas por lá tinham passado, a maioria de Fafe, havendo muitas que tinham vindo de muito longe, como Setúbal e Évora. Quanto à classificação, que o deputado José Rodrigues tinha falado, entendia que era muito difícil fazer, dado que, a qualidade era sempre aferida pelos pares, e que já tinha sido feito uma experiência em 2003, que resultou num empate porque os restaurantes, quando iam para uma classificação, caprichavam. Realçou a envolvimento que existiu, durante todo o fim de semana, com vários eventos a acontecer ao mesmo tempo. Prosseguiu dizendo que vários públicos foram atingidos e que, fundamentalmente, o “Fafe dos Brasileiros” tinha preenchido toda a tarde de domingo, contando com muitos visitantes estrangeiros, sendo que era importante juntar estes eventos, quer pela gastronomia, quer pela história local, congratulando-se o Partido Socialista.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados:-----

- Sobre o Parque Cidade Porto Seguro, já estava identificada a situação das árvores que estavam mortas, estando, em hasta pública, para que se pudesse proceder ao seu abate, não tendo notícia da questão que tinha provocado este fato;-----

- Relativamente ao trânsito na Rua de S. José, o mesmo já tinha sido alterado, tendo-se proibido o trânsito a pesados, e, que estava a ser planeada uma revisão do trânsito geral, com a elaboração de um plano de mobilidade interna de trânsito, que terá utilidade para futuras candidaturas;-----

- Quanto ao processo disciplinar, não podia dar elementos, uma vez que o mesmo estava em fase de organização;-----

- Sobre as descargas poluidoras, as mesmas, estavam a ser controladas, visto que, existiam várias denúncias, tendo se assumida uma estratégia com os responsáveis regionais do ambiente e feitas monitorizações regulares e contínuas dessas descargas, havendo necessidade de provar as mesmas, sendo este um processo muito burocrático;-----

- Relativamente às taxas de saneamento, era um processo novo, resultante do acordo que tinha sido celebrado com as Águas do Noroeste. Estavam a fazer vários investimentos, acarretando, por isso, custos. Relativamente ao aumento referido, as taxas, que estavam a ser aplicadas, eram extraordinariamente baixas, visto tratarem-se de valores absolutos de consumo médio de água, pelo que, qualquer anomalia nas faturas, agora emitidas, deveria ser comunicada às Águas do Noroeste em Fafe. Essas taxas eram calculadas em função do consumo de água, pelo que deveria ser feita uma gestão cuidadosa desse consumo. Comunicou que o Executivo já estava, a preparar, um tarifário social, para pessoas com carências económicas e sociais;-----

- Agradeceu as referências positivas que tinham sido feitas ao Festival da Vitela, dizendo que estavam apostados em ajudar a desenvolver este projeto. Disse, ainda, que já tinha lançado o desafio à Confraria da Vitela Assada para que fizesse, de uma forma cega, uma avaliação da forma como os restaurantes serviam a mesma. Sobre a sugestão de um menu infantil, entendeu ser uma ideia interessante da qual, ainda, não se tinham lembrado. Referiu que o vinho

e os doces estavam incluídos no preço do menu e quando as dívidas aos restaurantes, ficariam resolvidas durante este certame;-----

- Quanto à remoção dos cartazes da CDU, elucidou que os mesmos seriam recolocados rapidamente;-----

- Acerca do Clube de Tennis, afirmou que oportunamente que irá proceder a remessa da informação. Acrescentou que estava prevista a construção de novos campos, no Parque da Cidade;-----

- Sobre a requalificação da Avenida do Brasil, era sua opinião, que a mesma precisava de uma requalificação. Caso, a mesma, não fosse possível fazer rapidamente, seria efetuado um arranjo, aumentando os passeios laterais e melhorando o jardim central;-----

- Referiu que este ano, estavam muito preocupados e assustados com a possibilidade de virem a surgir incêndios, uma vez que, nos últimos anos tinham sido quentes e húmidos, opinião corroborada pelo Senhor Comandante da Proteção Civil. Tinha sido feito um esforço grande, no sentido de prevenir a ocorrência de incêndios. Lembrou quer um incêndio em Armil, no qual tinham ardido muitas árvores, quer em Felgueiras onde ardeu mato. Terminou, dizendo que quando se falava em extensão de floresta ardida, dever-se-ia descontar a parte que era referente ao mato.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia**. Passou-se, assim, de seguida, ao **ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, imediatamente, ao **ponto dois ponto dois – Apreciação da informação da Câmara relativa aos Compromissos plurianuais assumidos no 2º trimestre de 2015**;-----

-----Não havendo intervenções e dado este ponto não ter votação, passou-se para o **ponto dois ponto três - Apreciação da Informação Semestral do Auditor Externo Responsável pela Certificação Legal de Contas do Município, apresentado em cumprimento do disposto no artigo 77º, número 2, alínea d) da Lei 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais)**;-----

-----Não havendo intervenções, passou-se para o **ponto dois ponto quatro**
- **Apreciação e votação da proposta da Câmara de dissolução da Naturfate, CRL.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu que a solução encontrada tinha dois pontos importantes. Um era a questão dos funcionários e outro era a questão do passivo. Relativamente à situação do pessoal, de acordo com o parecer da assessoria jurídica que tinha sido contratada, permitia equipar as regi-cooperativas - como era o caso da Naturfate - com as das empresas municipais, e, dessa forma, salvaguardar os postos de trabalhos, internalizando os funcionários. A ideia seria receber os equipamentos e, também, o pessoal que estava agregado aos mesmos e com funções neles. Todos os funcionários foram ouvidos, um a um, e todos tiveram de assinar um documento, em que aceitavam esta mudança, ficando uns com o seu estatuto remuneratório melhorado, outros não. Houve a preocupação de acautelar os postos de trabalho. Caso este documento seja provado, terá de ser remetido ao Ministério das Finanças e à Secretaria de Estado da Administração Local que se tinham de pronunciar sobre ele.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelos IPF** para dizer que, em 2007, a Câmara Municipal, tinha criado a Naturfate. Entendia, nessa altura, o município, que era necessário criar uma nova entidade, para dar um novo impulso ao turismo e potenciar a utilização de novos equipamentos que detinha. Lembrou que, a Naturfate tinha sucedido e substituído a Empresa Municipal de Turismo. Era entendimento do Município que a Empresa Municipal de Turismo sentia dificuldade em prosseguir e cumprir os fins de interesse público municipal. Na realidade, o argumento mais enfatizado para justificar a extinção da Empresa Municipal de Turismo era o da necessidade de sanear financeiramente uma sociedade que acumulava prejuízos e vivia à custa do orçamento municipal. Pretendia, o Executivo Municipal, liderado pelo Dr. José Ribeiro, que a Naturfate não tivesse como principal objetivo o lucro, mas apenas garantir a sua sustentabilidade a curto prazo. Prosseguiu, dizendo que os seguintes fatos vieram desmentir esse propósito, nomeadamente o fato do Município transferir, em média, 500.000 euros por ano para a Naturfate; que nos últimos 8 anos, o Município tinha transferido 3.500.000 euros para a Naturfate; 80% do montante transferido era

destinado ao pagamento de salários. A Naturfafe gastava, em média, quatro vezes mais do que as receitas que conseguia gerar. A Naturfafe, nos últimos anos, tinha apresentado prejuízos, estando, por isso, em situação de falência técnica. A Naturfafe era uma empresa falida. Acrescentou que, no âmbito da Reforma da Administração Local, em agosto de 2012, foi publicada a Lei n.º 50/2012, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Destacando, nessa Lei, a existência de novas regras que determinavam a extinção das empresas enquadradas nesse regime (empresas locais). Esse novo regime jurídico determinava a extinção das empresas locais, no caso de ocorrer uma das seguintes situações: a saber, o volume de negócios dos últimos três anos não cobrir, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios; segunda, quando se verificasse que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios era superior a 50 % das suas receitas; e por fim, quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido fosse negativo. Prosseguiu, dizendo que, face a essa realidade, não existia outra solução para a Naturfafe que não fosse a sua extinção. Os IPF tinham sido frontalmente críticos da existência da Naturfafe, daí que, em fevereiro de 2013, tivessem apresentado nessa Assembleia um voto de recomendação para que o Município encontrasse a melhor solução para a Naturfafe, procurando as melhores soluções que garantissem o emprego dos seus trabalhadores. Continuou, dizendo que, nessa mesma Assembleia e aquando da discussão da proposta que, então tinham apresentado, o deputado Raul Rebelo Cunha do PS, tinha afirmado que o seu Partido entendia que a proposta lhes parecia fora de tempo. Na mesma altura, o deputado do PSD, José Augusto Sousa, afirmava que a proposta promovia a desigualdade, e, dessa forma, salvaguardar o emprego das pessoas que trabalhavam na Naturfafe, era promover a desigualdade. E, foi mais longe, quando disse que se tratava de uma proposta de proteção de um grupo restrito, salientando que não podiam proteger trabalhadores cujas empresas iam à falência. Ainda durante a discussão, Miguel Summavielle, dos IPF, lembrou que, sendo o Município o principal cooperante, e, dependendo a Naturfafe dos subsídios do Município, os funcionários da Naturfafe, eram no fundo, funcionários do Município e que a este competia a obrigação de, atempadamente, procurar uma solução para esses funcionários. Terminou

dizendo que, chegado ao dia de hoje, com a deliberação unânime do Executivo, que extinguiu a Naturfafa, e, com a salvaguarda dos postos de trabalho dos funcionários, que ali prestavam serviço, tinha o problema resolvido e, de acordo com o caminho apontado pelos IPF.-----

-----Solicitou, também, a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que esta proposta incluía quatro pontos. Sobre o primeiro que era a alteração dos estatutos, não tinha nada dizer. Relativamente aos pontos dois e três, que eram a dissolução propriamente dita e a consequente internalização, também, lhe pareciam medidas positivas, atendendo ao cenário de anos e anos de passivo acumulado na Naturfafa. Acrescentou que, esta situação, o levou a pensar que estas funções nunca deveriam ter sido externalizadas. Através da sua internalização, poderia permitir um maior empenho e maior eficiência na gestão dos serviços culturais, desporto e turismo. Prosseguiu dizendo que, o ponto quatro, que dizia respeito aos trabalhadores, lhe deixava algumas dúvidas. Da leitura que tinha feito do documento, a Câmara tinha ficado autorizada, mas não obrigada, a contratar os atuais funcionários, não existindo garantia nenhuma, visto que, eles próprios, poderiam não terem interesse em ficar. Desta forma, não se poderia dizer que o assunto tinha ficado resolvido. Tal procedimento era efetuado através de acordos de cedência de interesse público, sendo que os mesmos tinham a duração máxima de um ano, não lhe parecendo uma solução muito benéfica para os trabalhadores.-----

-----De seguida foi dada a palavra a **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD para dizer que, relativamente à posição que tinha tomado na Assembleia, a que os IPF se referiram, reafirmava tudo o que tinha dito, na altura, em que esta matéria foi objeto de discussão. Na altura, a lei não permitia este enquadramento, pelo que a proposta apresentada pelos IPF, naquela data, era impensável e impraticável. Hoje, a solução para a Naturfafa era manifestamente diferente, estando agradecidos ao governo do PSD por ter encontrado uma solução para estes funcionários.-----

-----Tomou a palavra **Armindo Manuel Tavares Fernandes**, eleito pelo PS, que começou a sua intervenção dizendo que o assunto "Naturfafa" teve origem em 1995, quando a Câmara Municipal de Fafe decidiu colocar toda a área do turismo, fora da Câmara. A estratégia era definida pelo Município, mas executada por uma empresa exterior, daí a existência da Empresa Municipal de

Turismo que, ao fim de dois anos, passou a ter sócios privados. Prosseguiu, dizendo que, a existência dessa empresa até 2007, da qual tinha sido responsável, e, pela qual respondia, sempre teve um objetivo correto, ou seja, era importante, na definição da estratégia do Município para o desenvolvimento turístico do concelho e na capacidade que uma empresa exterior pudesse capitalizar, mais do que aquilo que o próprio Município pudesse disponibilizar, para essa área. A dotação que a Câmara sempre tinha atribuído, quer à Empresa Municipal, quer à Naturfafe, nunca tinha sido a suficiente para capitalizar a execução dessa mesma estratégia. Colocada a questão dessa maneira, era evidente que o Município, de acordo com a lei, não poderia suportar durante muito mais tempo, a Naturfafe e, não pelo fato dos IPF, terem tido sempre objeções, desde que ela foi constituída. Não foi com novidade que, os IPF, em 2013, tivesse algumas reservas, atendendo a que a mesma era deficitária, não cumprindo os objetivos para a qual tinha sido criada. Pareceu-lhe que, no último ano, a Câmara envidou uns esforços enormes, no sentido, de solucionar as duas questões que se colocavam. A primeira, a dos funcionários, a qual seria importante que não se perdesse o conhecimento que os mesmos tinham adquirido, como também, por uma questão de justiça, se absorver-se esses funcionários, na Câmara, numa perspetiva de desenvolvimento turístico do Município, sendo, a seu entender, a única solução possível. A segunda, era a parte do défice acumulado, que virá a ser resolvido, naturalmente, pelos associados da Cooperativa, sendo uma outra questão que não via outra solução, a não ser a que a Câmara tinha encontrado, e que, naturalmente, com os seus associados irá ser resolvida. Congratulou-se, pelo PS, na necessidade de resolução por imperativo legal, ter encontrado a melhor solução para este problema.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral de Almeida Summavielle, eleito pelos IPF** para dizer que a Empresa Municipal de Turismo, criada em 1995, só tinha começado a dar prejuízo em 1998. Continuou dizendo que, desde da constituição da Naturfafe, tinham sido colocadas reservas, visto que, a mesma, transpunha a forma de funcionamento da Empresa Municipal de Turismo, sendo isso dito, no momento da sua constituição. Desde esse período, e, tendo acesso aos dados da empresa, constataram que os prejuízos iam,

consecutivamente, se acumulando todos os anos e como tal estiveram contra. Teceu vários comentários políticos.-----

-----Foi dada a palavra a **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, que interveio dizendo que existia, agora, um enquadramento jurídico novo, continuando o dinheiro que se gastava, a ser gasto, uma vez que manter-se-iam os funcionários, a manutenção dos edifícios e dos equipamentos.-----

-----Por fim foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que sublinhou a confiança e a segurança dessa solução. Afirmou que entendia a preocupação do futuro, mas essa foi a única solução apontada, nas diversas reuniões que tinha tido. Decorrido o período de um ano, haveria um concurso público para admissão, ou não, dos funcionários no quadro da Câmara. Este processo estava a ser acompanhado pelo Gabinete Jurídico Cuatrecasas, o qual estava a dar orientações no sentido de garantir os postos de trabalho.-----

----- Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação a proposta na sua totalidade (pontos 1, 2, 3 e 4), sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Passou para o **ponto dois ponto cinco - Apreciação e votação do ponto dois da Proposta da Câmara de contratação de um empréstimo a médio e longo prazo até ao montante de 2.000.000€**;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que se tratava de uma operação financeira que não afetava o endividamento da autarquia. Tinha sido contraído um empréstimo de 2.500.000€ para adquirir vinte e cinco casas da Urbanização Dr. José Saramago, que tinham sido vendidas, existindo obrigação legal de amortizar o produto dessa venda, no empréstimo. Entendia, que esse empréstimo, já estava na contabilidade do Município, e, já tinha sido amortizado, não havendo inconvenientes na contratação de um outro, de um valor aproximado.-----

-----Solicitou a palavra **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa, eleita pelos IPF**, colocando algumas sugestões sobre a obra do Mercado Municipal. A primeira, seria a demolição pura e simples, prevista na ausência de qualquer requalificação, na qual não saberia qual era o destino do espaço que ficaria liberto, pela sua demolição. A segunda, a construção de um novo mercado, num outro local, uma solução difícil, dado o urbanismo denso da cidade e a necessidade do mercado estar próximo dos cidadãos. Outra, a reconstrução do mesmo. Outra, ainda, seria a remodelação e adaptação do "Mercado Bar" às

funções de mercado municipal, parecendo-lhe um espaço exíguo para esse efeito. Referiu que o mercado era indispensável à cidade, sobretudo para incentivar as produções agrícolas dos produtores fafenses e por conseguinte, a colocação dos seus produtos. Sugeriram que, para fosse lançado um concurso de ideias.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que agradeceu as sugestões. Disse que esta operação financeira tinha a vantagem de explicar o destino do valor do empréstimo, sendo neste caso, para as três estradas e a recuperação do mercado com financiamento garantido. Tinham optado pela transferência do mercado, para o outro extremo da praça das Comunidades, o qual já tinham um projeto avançado sendo a questão do concurso de ideias faria recuar o processo. Segundo os técnicos, será possível fazer um mercado naquele espaço, sem grande intervenção na parte estrutural do edifício. Seria um mercado adaptado às necessidades dos fafenses, inserido no espaço urbano, acessível, e, não necessitando ser um grande mercado. O projeto que estava a ser elaborado, seria submetido à apreciação dos próprios utilizadores que terão a oportunidade de dar a sua opinião e apresentar sugestões se assim o entender. O projeto que estava elaborado obedecia a muitas questões técnicas por imposição legal.-----

-----Solicitou, novamente a palavra **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa, eleita pelos IPF**, para dizer que havendo necessidade de uma ampliação, a mesma, poderia ser feita aumentando a extensão do edifício, ou seja em comprimento, em largura e/ou em altura, não-lhe parecendo, esta, a melhor solução.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto oito - Apreciação e votação da Proposta da Câmara de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno sita no Loteamento do Assento, freguesia de Arões S. Romão;-**

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para referir que o valor aproximado por m² era de 43,90€, o qual era ligeiramente superior àquilo que a Câmara Municipal se dispôs a pagar pelo terreno de Arões, que estava por infraestruturar, e que tinha sido cedido para

a escola secundária. Disse que esta era mais uma prova de que o valor estava inflacionado.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto nove - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do processo de contratação de refeições escolares dos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo – ano letivo 2015/2016;**-----

-----Não havendo intervenções, foi de imediato, colocada à votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto dez - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do processo de contratação do Plano de Transportes Escolares – ano letivo 2015/2016;**-----

-----Não havendo intervenções, foi de imediato, colocada à votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto onze - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do processo de contratação de aquisição de serviços de limpeza em edifícios municipais;**-----

-----O **Presidente da Câmara** explicou que se tratava de um processo para três anos que irá proporcionar melhores condições de mercado.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Cabral Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que, o valor proposto por mês era de doze mil e oitocentos euros, o que corresponderia, mais ou menos, ao custo de treze funcionários. Partindo do pressuposto de que cinco dos funcionários da Naturfafa iriam transitar para o Município, disse que, os mesmos, podiam ser aproveitados, não só em funções relacionadas com o turismo, mas também, em funções do Município.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto doze - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização prévia para assunção de**

compromissos plurianuais, no âmbito do processo de contratação de aquisição de serviços de conservação e manutenção de espaços verdes do concelho de Fafe;-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para dizer que tinha dúvidas relativamente ao preço do contrato, por lhe parecer um valor muito elevado.-----

-----De seguida, usou da palavra **Miguel Cabral Almeida Summavielle, eleito pelos IPF**, para dizer que ia abster-se, uma vez que prestava serviços numa das partes interessada deste concurso. Referiu, também, que o aumento de preço devia-se ao aumento da área, objeto do mesmo.-----

-----Foi dada a palavra a **Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa, eleito pelos IPF**, para dizer que a Câmara deveria contratar uma empresa que cuidasse bem da saúde das árvores que estavam plantadas nas ruas da cidade.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a área contemplada, nesta proposta, era maior.-----

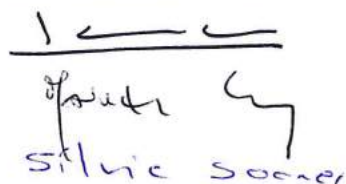
-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovada, por maioria, com duas abstenções.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou a votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e seis de junho de dois mil e quinze, tendo sido **aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Foi colocada a votação a ata da sessão extraordinária realizada em doze de agosto de dois mil e quinze, com a alteração ditada pela mesa quanto à sua composição, tendo sido **aprovada por maioria, com duas abstenções.**-----

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra à Segunda Secretária que, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----


Silve Soares